

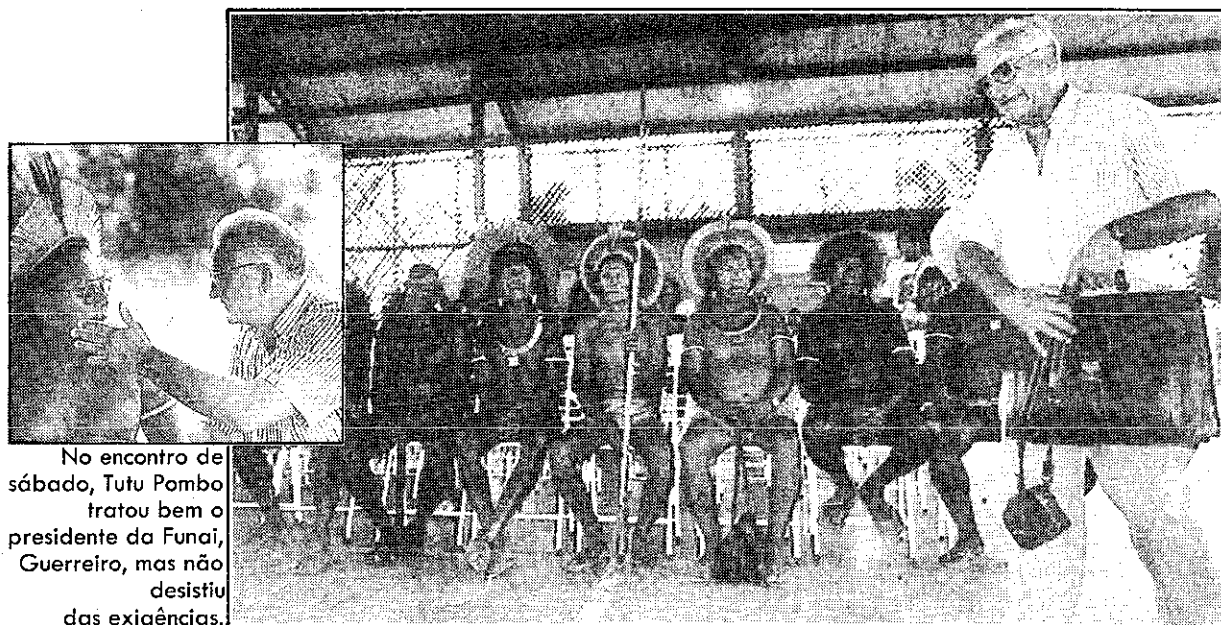
Proprietários de três fazendas invadidas temem um sério conflito. E o presidente da Funai não consegue negociar com os índios.

Índios invadem terras para exigir demarcação das reservas

Os índios Kaiapó vão manter a ocupação de três fazendas, situadas próximas à área indígena Kaiapó localizada no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará, invadidas no dia 25. Eles condicionaram a desocupação das terras a uma revisão dos atuais limites da reserva, com 3,2 milhões de hectares, e a demarcação da área indígena Menkrantire, com 4,9 milhões de hectares. A decisão foi comunicada no último sábado, ao presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, numa reunião com 20 caciques, no município de Tucumã (PA).

O cacique Tutu Pombo, atual líder do grupo, afirmou que as terras das fazendas Liton, Icatã e Fortaleza foram excluídas das demarcações da reserva, feita pelo Serviço Cartográfico do Exército, em 1985. A fazenda Liton, de propriedade do ex-prefeito de Luciana, Luci Liton Cruz, situada na margem direita do rio Xingu, está invadida por 25 índios. Ali, funcionários da Funai e da Polícia Federal apreenderam diversas armas de fogo de vários calibres. Além disso, os índios retiveram dez caminhões carregados de toras de mogno. A fazenda Icatã, ao norte do Parque do Xingu, de propriedade de Laudelino Hanne-man, está ocupada por 30 índios.

A ocupação da fazenda Fortaleza é a que mais preocupa os téc-



No encontro de sábado, Tutu Pombo tratou bem o presidente da Funai, Guerreiro, mas não desistiu das exigências.

nicos e a direção da Funai. Esta é a segunda invasão no prazo de um ano. A propriedade — distante duas horas de voo de Tucumã — faz parte da Associação dos Proprietários do Projeto Integrado Trairão (Aspit), implantado pelo governo do Estado do Pará, reunindo grandes empresários. Segundo o administrador do escritório da Funai em Redenção, Alberto Maia, os quase 600 sócios do Aspit e os proprietários de terras próximas às reservas Kaiapó começam a se inquietar com as constantes ameaças. “Há um clima de

animosidade muito forte contra os índios”, disse Alberto, que não esconde o temor de um conflito mais sério. Numa tentativa de solução pacífica, os sócios da Aspit pediram a intervenção do Serviço Cartográfico do Exército.

Embora os índios tenham tratado com cordialidade o presidente da Funai, Guerreiro não conseguiu convencê-los a desocupar as fazendas. Ficou claro que não interessa aos índios apenas a demarcação, mas também a ampliação dos limites de todas as reservas, de forma a recompor o espaço anti-

gamente ocupado. A estratégia era negociar a reserva Menkrantire pela desocupação das terras.

Ele argumentou que a Funai não tem poderes para alterar os limites das reservas indígenas enquanto não for revogado o decreto 94.945/87, editado pelo ex-presidente José Sarney, pelo qual não é permitido rever qualquer limite até que todas estejam demarcadas. Ele anunciou que nos próximos dias submeterá ao presidente da República um novo decreto, retornando à Funai a prerrogativa de definir as áreas.